

Forestis

ÁREA DE INTERESSE PÚBLICO

D.R. n. 32 de 07/02/97 - II série

Nome vulgar: Pinheiro bravo
Nome científico: Pinus pinaster Ait.
Família: Pinaceae

Altura: 30,0 metros
Circunferência: 2,7 metros
Diâmetro: 0,9 metros
Idade: 15,5 meses
Data da copa: 103 anos em 1997

O Pinheiro bravo é a espécie florestal mais largamente expandida no mundo, ocupando grandes extensões no Norte e Centro de Portugal, cuja área de origem existem algumas dúvidas e controvérsias.

A espécie pioneira por excelência, em áreas degradadas que necessitam urgentemente de recuperação.

Esta espécie, cultivada em Portugal, é de grande importância económica para a indústria do papel, das madeiras, do feno e celulose, sendo ainda uma das principais fontes produtoras de resina do mundo.

Agenda

Simposio Internacional [Newfor] – Novas Florestas para Europa, 16 a 17 de Fevereiro de 2000, Freiburg, Alemanha

Conferência Internacional – Critérios e indicadores para a gestão sustentável das florestas ao nível das unidades de gestão florestal, 21-25 Março de 2000, Nancy, França

Feira Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação [AGRO 2000] – 12 a 16 de Abril, Braga

SUMÁRIO

Editorial	3
Gestão Florestal	4
Vida da <i>Forestis</i>	7
Vida das associadas	12
Ficha Técnica	18

FICHA TÉCNICA

BOLETIM TRIMESTRAL DA *Forestis* – ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO NORTE E CENTRO DE PORTUGAL
Nº 15

EDITADO POR: *Forestis* – AFNCP;

INSTITUTO DE BIOLOGIA MOLECULAR E CELULAR DA UNIV. DO PORTO, R. DO CAMPO ALEGRE, 823,
4150-180 PORTO – TELF: 22 6006129 • FAX: 22 6090156 • EMAIL: forestis@mail.telepac.pt

EXECUÇÃO GRÁFICA: RAINHO & NEVES, LDA. – SANTA MARIA DA FEIRA

COORDENAÇÃO: CAROLINA DOMINGUEZ

COMITÉ DE REDACÇÃO: EQUIPA TÉCNICA DA *Forestis*

NESTE NÚMERO COLABORARAM: CAROLINA DOMINGUEZ, JOÃO TEIXEIRA, JOSÉ BENTO SILVA RAMOS,
LUÍS SARABANDO, LUÍS OSÓRIO GONÇALVES, MARGARIDA BARBOSA, MÓNICA ALMEIDA,
NUNO CALADO, ROSÁRIO ALVES, RUI GUIMARÃES, SÉRGIO MARABUTO, TERESA ALVES,
VICTOR MAIA E ZULMIRA CAMPELO

EDITORIAL

Quando este boletim for publicado estaremos próximos do fim do ano, numa época em que é usual fazerem-se balanços ou avaliações... e, sendo a floresta o centro das nossas preocupações, então o que foi feito e o que falta fazer?

Se olharmos com atenção para a capa deste boletim, podemos ver uma pequena placa que diz: «Árvore de Interesse Público». No balanço do que foi feito gostaríamos de poder ver também: «Floresta de Interesse Público» ou «Sector de Interesse Público». No entanto, o que podemos ver é o seguinte:

- As associações florestais lutam com enormes dificuldades por não terem mecanismos de financiamento realistas;
- Recebem dinheiros do Estado com a condição de prestarem serviços aos seus associados, mas ficam então sujeitas ao IRC;
- Aconselham-se melhores técnicas de gestão florestal, como o alto fuste regular, conduzindo a muito maiores produções por hectare, mas que implicam investimentos cuja recuperação só a dezenas de anos se fará; no entanto, não existem meios financeiros que compensem os produtores florestais pelas perdas de rendimento durante esses anos;
- No minifúndio não é possível uma boa gestão florestal sem agrupamentos de áreas contíguas; no entanto, não existe legislação adequada que permita agrupar os proprietários vizinhos para assim se obter menores custos e possibilitar um ordenamento florestal, sem nunca perder de vista o valor essencial que representa a propriedade da terra;
- O risco de incêndio continua muito elevado, resultante principalmente da falta de educação cívica e do desordenamento do território, incluindo o florestal;
- O Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta e os Planos Regionais de Ordenamento Florestal tardam em serem efectivamente implementados.

Por fim, e aproveitando a época, que prendas gostaríamos de ver na Árvore de Natal dos nossos associados?

- Um financiamento correcto da actividade das Associações Florestais devido às acções de utilidade pública que desempenham;
- Um financiamento da gestão florestal compatível com as realidades económicas e sociais;
- Uma fiscalidade das associações e dos produtores florestais revista em função das suas especificidades;
- A operacionalização do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa e a entrada em funcionamento dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal, adequados às actuais circunstâncias;
- A criação da disciplina de Educação Cívica no ensino obrigatório a fim de ser inculcado desde muito cedo o amor pela natureza e o respeito pela floresta.

José Bento Silva Ramos
(Presidente da Direcção)

GESTÃO FLORESTAL

A decisão de investir (I)

Qualquer um de nós quando pensa em investir em determinado sector (negócio) tenta fazer uma análise sobre o significado, importância, atractividade e risco nele envolvidos.

O caso da floresta, como actividade económica, neste aspecto, não é diferente de outras áreas de negócio. Quem decide investir tem sempre no horizonte retirar dividendos – os maiores e o mais rapidamente possível.

Mas se na floresta devemos pensar de um modo astuto, racional, empresarial como em outros sectores, também é certo que existem diferenças significativas entre a actividade operacional de uma qualquer indústria e a exploração de um recurso natural como é a floresta. Por razões tão variadas como a intangibilidade de algumas das suas funções, o valor social e cultural que possui, a importância estratégica na promoção da qualidade de vida, no sentido mais estrito e básico que o termo encerra, e que ultrapassa obviamente as pessoas singulares ou colectivas que a possuem ou que a gerem.

Feita esta referência que, como de certeza veremos ao longo das várias edições desta *página*, têm cada vez mais relevância, centremo-nos na decisão de investir na floresta como actividade restrita à produção lenhosa.

Todo o investidor tem de partir de uma análise ao meio envolvente, que condicionará o desenvolvimento da sua actividade. É isto que vamos fazer a seguir sem pretendermos ser exaustivos e correndo mesmo o risco de não sermos completamente rigorosos. Pois, mais importante do que ter uma análise perfeita, difícil de conceber na medida em que existem sempre olhos diferentes a olhar para a mesma realidade, é avançar uma visão actual, real e partilhada por muitos, nos quais obviamente nos incluímos.

Meio envolvente contextual

Contexto económico

Sob o ponto de vista económico a fileira florestal tem uma grande relevância ao nível das exportações, do emprego e da contribuição para o PIB (Produto Interno Bruto), ou seja, para a riqueza interna.

No contexto da União Europeia, a análise do peso da contribuição dos sectores florestais dos vários países para os PIB respectivo, mostra que

Portugal ocupa a terceira posição a seguir à Finlândia e à Suécia, o que faz de nós um País especializado na actividade florestal.

A floresta foi considerada como um dos clusters do relatório Porter, querendo isto dizer que seria na visão deste economista uma das áreas em que Portugal tem condições para ser competitivo.

Contexto sócio-cultural

A floresta é um bem reconhecido pela população como fundamental para o seu bem-estar. Mas em geral existe um desconhecimento da sua importância e peso na economia e não é reconhecida como actividade organizada.

O trabalho na floresta não é valorizado socialmente, e são poucos aqueles que têm vínculos formais e duradouros nesta actividade.

No aspecto social os constrangimentos ao desenvolvimento da floresta prendem-se com alguma resistência em aceitar, em alguns locais, espécies de rápido crescimento, especialmente eucalipto, e a pressão urbanística que existe em algumas zonas.

As maiores preocupações relacionam-se com a ocorrência de fogos florestais durante o Verão.

Refira-se que as zonas onde se desenvolve a floresta, têm tido uma evolução demográfica negativa, o que constitui um obstáculo, pela indisponibilidade de mão-de-obra. Contudo, o desenvolvimento desta actividade, poderá no futuro próximo, funcionar como catalisador de repovoamento populacional.

Contexto político-legal

Sob o ponto de vista político, o discurso apesar de ser discreto, quando comparado com o da agricultura, incentiva e apoia o investimento, nomeadamente à parte mais a jusante da fileira onde o próprio estado tem interesses.

São anualmente investidas importantes verbas em meios de combate aos fogos florestais, o que reflecte o impacto que este flagelo tem na opinião pública.

O enquadramento legal da floresta nem sempre é fácil e prático devido à quantidade e pulverização de legislação que a afecta, proveniente dos vários ministérios que a tutelam (Agricultura, Administração Interna, Ambiente, Economia, Finanças...)



Actualmente, existe uma autoridade nacional que está centralizada em Lisboa (Direcção-Geral das Florestas) e estruturas regionais (Direcções Regionais de Agricultura) que não funcionam em articulação directa, dependendo ambas do Ministério da Agricultura. São estas as entidades que na generalidade implementam toda a política florestal na propriedade privada (na qual estamos focados).

Outra pedra importante é o Instituto de Financiamento e Apoio à Agricultura, Desenvolvimento e Pescas, que gere os fundos que se destinam às ajudas ao financiamento florestal, também dependente do Ministério da Agricultura, e que tem muita influência no investimento florestal. É responsável pela análise técnico-financeira de projectos e estabelece padrões e regras ao nível financeiro, técnico e processual através de documentos internos e externos designados por circulares.

Existe, desde 1996, uma Lei de Bases da Floresta cuja regulamentação se vai fazendo lentamente e um Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Floresta Portuguesa publicado em 1998. Estes são concertada os principais instrumentos estratégicos de desenvolvimento do sector.

A outro nível convém referir que existem instrumentos de ordenamento do território que são ao nível prático muito importantes pois, condicionam o uso do solo e a aplicação de algumas técnicas. Como nota, refira-se que em regra o controlo só é feito quando se recorre a financiamento do estado e comunitário.

Prevê-se para os próximos anos o aparecimento dos Planos de Ordenamento Florestal e Planos de Gestão Florestal, que serão dois instrumentos de planeamento ao nível regional e particular, respectivamente.

Contexto tecnológico

O sector, sob o ponto de vista tecnológico, ainda tem um longo caminho a percorrer. Por se tratar de um mercado ainda pequeno, faz mover

pouco as instituições de I&D (Investigação e Desenvolvimento), que têm estado muito afastadas dos utilizadores e dos seus problemas. Este afastamento pode-se explicar por um problema geral do País no relacionamento entre Investigadores-Utilizadores, e neste caso específico, também pela ausência de interlocutores que fizessem a ponte entre as duas partes.

Em relação à maquinaria, o parque de máquinas que o País possui deriva na sua grande maioria de adaptações de máquinas provenientes da agricultura e das obras públicas. São poucos os casos de prestadores de serviços/empreiteiros que se encontram apetrechados com equipamentos específicos para a floresta. Esta situação constitui um factor limitante, embora tenda a melhorar pelo alargamento do mercado, pelo maior exigência ao nível técnico e mesmo pelos condicionalismos legais de protecção ambiental.

Meio envolvente transaccional

Clientes

Os potenciais clientes finais podem ser, conforme a espécie produzida e as suas características em termos de dimensão e qualidade, as indústrias de aglomerados, as indústrias de celulose, as serrações e indústrias de aproveitamento de biomassa para fins energéticos ou outros (apesar de actualmente não serem significativas, existe grande expectativa no seu desenvolvimento).

O leque de clientes que existe, em combinação com o peso que têm na economia e no emprego, proporciona boas expectativas no escoamento da produção lenhosa, tanto mais que Portugal importa muita madeira quer para serração quer de trituração.

Note-se que os clientes podem ser nacionais ou internacionais.

Ao nível local com a estrutura de distribuição existente põem-se mais em evidência, os vizi-

nhos espanhóis como alternativa ao nosso mercado, embora cada vez mais possamos considerar Espanha como mercado doméstico.

O factor crítico é o domínio do canal de distribuição até ao cliente final, pois actualmente a classe dos madeireiros forma um círculo fechado com uma organização difícil de se entender e ainda mais difícil de prever o seu comportamento. Tendo o produtor um posicionamento bastante passivo por falta de opções alternativas.

Requer-se um maior nível de organização e agressividade da produção ao nível da comercialização para fazer face ao esquema organizativo da distribuição personalizada na figura do madeireiro.

Ao nível internacional os nossos clientes concentram-se na zona da União Europeia com destaque para a Inglaterra.

Concorrentes

A concorrência ao nível da produção nacional não é fácil de caracterizar, em princípio seriam os produtores vizinhos aqueles que nos poderiam trazer problemas através de uma oferta simultânea, no entanto, o mercado funciona com um nível de desorganização e imprevisibilidade tão grande que não se nota no dia-a-dia que isso aconteça. Talvez excepção feita no caso de ocorrência frequente de fogos florestais, em que a oferta local, regional ou mesmo nacional é tão grande que os preços sofrem grandes quedas.

Ao nível internacional os países de Leste, América do Sul concorrem directamente no fornecimento de rolaria e estilha, e países como a Nova Zelândia que tentam impor a sua madeira para mobiliário.

É de realçar também o facto de a Inglaterra, importador tradicional, vai em breve ter grandes disponibilidades de madeira fruto das arborizações maciças a seguir à 2ª Guerra Mundial.

Mas a grande concorrência a longo prazo não advém directamente dos outros produtores mas de reflexos que têm tendência a existir por alterações mais a jusante, com o aparecimento de produtos substitutos à madeira e cortiça, que podem fazer diminuir a procura destas matérias-primas.

Fornecedores

Os principais fornecedores são os viveiros florestais, os prestadores de serviços de mão de obra manual e/ou máquinas, distribuidores de adubos e fertilizantes, projectistas florestais e eventualmente um contabilista e advogado se justificar.

Quanto aos fornecedores de plantas, estão em processo de evolução devido à implementação do processo de certificação de plantas. Mas isso

ainda não foi suficiente para aumentar a qualidade efectiva das plantas produzidas e acrescenta-se que lamentavelmente a maioria das plantas são importadas.

Os prestadores de serviço quer a nível individual (operadores de máquinas ou trabalhadores rurais) quer a nível colectivo, têm deficiências ou mesmo ausência de formação que só são colmatadas na proporção directa dos seus anos de experiência na actividade florestal.

Os projectistas são uma classe sem organização formal, visto que a ordem dos engenheiros não é de modo nenhum representante da maioria dos que exercem a profissão. Não há por isso nenhum controlo da qualidade do seu trabalho, nem formação complementar específica. Refira-se até que não é uma actividade a que se dê importância pois não se encontra regulamentado o exercício desta profissão, por outras palavras qualquer cidadão pode elaborar um projecto florestal. Isto explica o nível de qualidade muitas vezes deficiente ao nível da concepção de projectos.

Além do problema da qualidade que terá que evoluir positivamente por pressão das iniciativas internacionais de certificação, coloca-se também o problema de cumprimento de prazos que se agravam nesta actividade pela sazonalidade de alguns trabalhos.

Comunidade

Em termos gerais as opiniões formadas acerca do desenrolar desta actividade, têm origem nas tomadas de posição de algumas associações ambientalistas, que nos últimos anos têm aumentado a sua influência tanto ao nível cívico como político.

Como não se colocam ainda problemas graves ao nível da exploração dos recursos florestais, a população mantém-se relativamente alheia. Será diminuta a percentagem de pessoas que sabe que Portugal é o grande produtor de cortiça, que temos uma indústria de celulose e papel importante, que as principais espécies do País são o Pinheiro, Eucalipto e Sobreiro, que parte da floresta Portuguesa é plantada em moldes empresariais e que gera emprego a milhares de pessoas no meio rural.

No seguimento destas conclusões, é importante registar que embora susceptível aos produtos substitutos devido ao factor preço, o consumidor português gosta de móveis de madeira maciça, prefere chão em madeira, lenha na lareira...

Depois desta primeira abordagem quem desiste e quem está disposto a continuar a analisar a possibilidade de investir na Floresta?

VIDA DA *Forestis*

Conselho Regional Agrário de Entre Douro e Minho

A *Forestis* participou no Conselho Regional Agrário que teve lugar em Vairão na sessão de dia 18 de Outubro, dedicada à Floresta, e que teve um carácter de auscultação sobre as propostas para o PDR e PDRu das diversas organizações ligadas ao sector.

De um modo geral a *Forestis* sustentou as propostas do documento que, em tempo oportuno, apresentou ao Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e demais entidades, e que visa apontar caminhos para a consolidação do Associativismo e a Intervenção e Gestão Conjunta das áreas florestais, através do reforço das ajudas ao investimento e de programas de incentivo ajustados à região.

A *Forestis* através da Dr.^a Maria Fernanda fez notar que o apoio ao associativismo, tal como estava previsto, não satisfaz as condições mínimas para a existência de um movimento associativo sólido na região de EDM. Sublinhou ainda que as regras de financiamento do Pronorte, eram bem mais adequadas relativamente ao PAMAF e que a regressividade da comparticipação deve acabar nos próximos programas.

Apresentação do Recenseamento Geral da Agricultura 1999

Decorreu no dia 14 de Outubro, no edifício do GAT de Amarante, a apresentação do Recenseamento Geral da Agricultura 1999, que está a decorrer neste momento. Este trabalho é um inquérito estatístico nacional dirigido aos agricultores portugueses, e tem como objectivo actualizar o RGA de 1986, cujos dados já não caracterizam as diversas mudanças do sector nos últimos anos.

Esta sessão contou com a presença e discursos

do Prof. Paulo Gomes (Director Regional do Norte do INE), Dr. António Cêa e Prof. Dr. José Azevedo (Directores Regionais da Agricultura de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes), do Eng.^o Rui Monteiro (em representação do Eng.^o Braga da Cruz da CCRN) e do Prof. Dr. Américo Mendes (na condição de investigador e utilizador dos dados do RGA). O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Eng.^o Victor Barros, procedeu ao encerramento da sessão de apresentação.

Em relação ao que foi dito podemos destacar as palavras do Eng. Rui Monteiro que frisou a necessidade destes dados serem frequentemente actualizados, pois nunca como na última década houve uma mudança tão grande no sector agrícola.

Muito importantes para o sector florestal foram as críticas construtivas formuladas pelo Prof. Dr. Américo Mendes, que referiu a necessidade de aumento da incidência do RGA sobre a floresta, pois este sector da agricultura Portuguesa já há muito tempo que ganhou suficiente importância para justificar um estudo mais profundo da sua situação e mesmo estatísticas e estudos próprias. Estas informações foram muito bem recebidas pelo Prof. Paulo Gomes que prometeu tudo fazer para que sejam tomadas em conta num próximo RGA.

Nemátodo da Madeira do Pinheiro

Como é do conhecimento público, na sequência de trabalhos de investigação no âmbito de um projecto PRAXIS, foi detectada, e posteriormente confirmada, a presença do Nemátodo da Madeira do Pinheiro (*Bursaphelenchus xylophilus*) em pinheiros bravos na Península de Setúbal. A classificação deste parasita como organismo de quarantena na legislação comunitária, fez com que a Direcção Geral das Florestas comunicasse o caso

à Comissão Europeia e implementasse medidas específicas de contenção, identificação e eliminação do nemátodo.

O potencial perigo que este parasita representa para a fileira do pinheiro fez com que o Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural procedesse à constituição de um Grupo de Acompanhamento do Nemátodo do Pinheiro (GANP), que inclui diversos representantes do Sector Florestal, e no qual a *Forestis* está presente. Este Grupo tem por objectivo apoiar, com carácter consultivo, a aplicação e avaliação do «Plano de Erradicação do Nemátodo do Pinheiro», bem como propôr acções e medidas a desenvolver no âmbito de revisões desse plano ou outras consideradas necessárias. Este «Plano» foi posteriormente materializado no PROLUNP-Programa Nacional de Luta Contra o Nemátodo da Madeira do Pinheiro, que tem por objectivos a contenção e erradicação do Nemátodo da Madeira do Pinheiro na zona afectada e a monitorização deste a nível nacional.

O interesse e preocupação que esta situação suscita junto dos proprietários florestais, fez com que a *Forestis* participasse activamente nas reuniões do GANP com dois objectivos principais:

- a) Assegurar que as medidas tomadas, no âmbito do controlo, erradicação e monitorização do Nemátodo, são exequíveis e realmente eficazes;
- b) Assegurar que, à semelhança do que acontece nos casos da BSE e Peste Suína Africana, os proprietários florestais sejam resarcidos economicamente nos casos em que as medidas de controlo e erradicação, para já com incidência exclusiva na Península de Setúbal, comprometam os rendimentos económicos normais;

Uma primeira prospecção realizada no País confirmou a existência de Nemátodo só na zona já afectada – Península de Setúbal. Estes resultados e as medidas apresentadas por Portugal fizeram com que o Comité Fitossanitário Permanente decidisse aplicar restrições só à madeira produzida na Península de Setúbal, obrigando Portugal a apresentar, até 15 de Janeiro de 2000, os resultados de uma rigorosa e exaustiva prospecção nacional, após a qual o Comité Fitossanitário Permanente decidirá sobre a aplicação ou não de restrições a outras zonas ou ao país, em função dos resultados obtidos. A *Forestis* irá continuar a

fazer um acompanhamento atento desta situação e da implementação/execução do PROLUNP.

Reunião do Conselho de Direcção da *Forestis*

O Conselho de Direcção da *Forestis*, composto por elementos das Direcções de todas as Associações Florestais Sub-Regionais, reuniu pela terceira vez, em 20 de Novembro, para debater questões estratégicas para o movimento.

Na presença dos representantes das Associações Sub-Regionais, a Direcção da *Forestis* começou por fazer um ponto da situação sobre o novo Quadro Comunitário de Apoio, o financiamento das Associações e, também, sobre o problema do Nemátode do Pinheiro. Foi, mais uma vez, referida a falta de cumprimento por parte do Estado das verbas relativas aos pagamentos dos protocolos celebrados com a Direcção Geral das Florestas, em Março de 1998. Face a esta situação, o Conselho de Direcção decidiu promover medidas de força para que a mesma não se prolongue, repercutindo-se muito negativamente sobre a actividade das Associações.

No seguimento da reunião, outros assuntos de grande interesse foram discutidos; destacando-se a proposta da *Forestis* para integrar o processo Pan-Europeu de Certificação Florestal.

Projecto Eurosilvasur

A *Forestis* está a desenvolver um papel muito activo na definição das linhas de acção do programa Eurosilvasur, que, como já referimos num número anterior, agrupa representantes da fileira florestal das regiões do sul-atlântico espanholas, portuguesas e francesas.

Após um trabalho interno com os outros parceiros da região Norte (Comissão de Coordenação da Região Norte, Associação de Indústrias da Madeira e do Mobiliário de Portugal e Associação das Universidades da Região Norte), a *Forestis* apresentou no último Comité Técnico do projecto, em Coimbra, que decorreu nos passados dias 25 e 26 de Outubro, as propostas relativas às seis

acções a desenvolver. A *Forestis* está fortemente empenhada na acção 1, «Organização dos Produtores Florestais», na medida em que esta prevê o levantamento da situação actual das Associações e a implementação de novas formas de organização, que permitam ampliar o leque de prestações de serviços aos sócios.

Câmara de Agricultura das Beiras

A *Forestis* esteve presente no acto de escritura pública notarial da Câmara de Agricultura das Beiras, em Coimbra, no passado dia 20 de Setembro. Após uma homenagem comovente feita aos representantes das organizações (grémios e cooperativas) que até hoje têm desenvolvido um papel importante no desenvolvimento agrícola, foram feitos os primeiros passos para dar mais força à representação do mundo agrícola e rural das Beiras. A *Forestis* aguarda pelos passos seguintes dessa entidade.

Visitas às Associações

As visitas que a Direcção da *Forestis* está a realizar junto das suas Associadas têm sido extremamente proveitosas. Elas permitem, não só estreitar os laços entre a Federação e cada uma das suas associadas, como também expor os problemas específicos de cada zona, permitindo assim à *Forestis* transmitir junto das entidades competentes os problemas sentidos. No dia 25 de Novembro, a *Forestis* foi recebida pela Direcção e equipa técnica da Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho, onde os problemas dessa região e as suas possíveis soluções foram focados, num ambiente muito cordial.

Convénio com o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Depois de vários meses, de muito tempo e dinheiro dispendido em esforços para resolver o

atraso verificado no pagamento das verbas do convénio assinado, em Março de 1998, entre a *Forestis* e o Ministério de Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, recebemos o segundo pagamento semestral de 5.000 contos relativo ao período Setembro 1998 – Fevereiro 1999. Estão ainda em falta o pagamento dos dois semestres referentes ao ano de 1999, no valor de 10.000 contos.

Estas verbas, como todos sabem, são repartidas entre todas as associadas do movimento *Forestis* com base em programas anuais de trabalho que cada Associada apresenta à *Forestis*, nas áreas de extensão florestal e consolidação do associativismo. Como já referimos em tempo oportuno, este dinheiro só cobre uma parte simbólica dos custos relacionados com aquelas tarefas de carácter público que as Associações desenvolvem junto da sociedade civil.

Não se entende como é possível que, após a aprovação de uma Lei de Bases da Política Florestal e de um Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa, onde o papel do associativismo é referido como fundamental na resolução dos problemas da floresta portuguesa, seja necessário esperar tantos meses e ter que solicitar junto da entidade competente, mais que uma vez, o pagamento desta soma simbólica. Chegamos a pensar que a vontade política de apoiar o associativismo florestal não existe realmente, pois só com palavras, este movimento associativo não vive...

Aguardamos ainda pelos seguintes 10.000 contos; cujo pagamento continua atrasado.

Balanço dos cursos de formação do segundo trimestre

O período que decorreu de Setembro a Dezembro foi o «pico alto» do Departamento de Formação da *Forestis* com os seguintes cursos:

7 Cursos para proprietários Florestais

- 1 curso para proprietários, sócios da ARBOREA – Associação Florestal da Terra Fria Transmontana, denominado «O Souto, o Castanho e a Castanha».
- 4 Cursos de «Associativismo, Gestão e Defesa



Curso de proprietários florestais

Florestal», dois realizados na Região de Entre Douro e Minho para sócios da Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho e da Associação Florestal do Lima e os outros dois na Região de Trás-os-Montes dirigidos a sócios da Associação Florestal do Vale do Douro Norte

e da Cooperativa Agrícola de Boticas – Secção Florestal do Alto Tâmega e do Barroso.
– 2 Cursos de Gestão e Protecção da Floresta, dirigidos a sócios da Associação dos Silvicultores do Vale do Ave e da Associação Florestal do Vale do Sousa.



Curso para técnicos florestais

3 cursos para técnicos florestais

- Instalação e Condução de Povoamentos de Folhosas (de 13 a 17 de Setembro) na Escola Superior Agrária de Bragança;
- Protecção da Floresta contra Agentes Bióticos (de 25 a 29 de Outubro) no Instituto de Biologia Molecular e Celular do Porto;
- Silvicultura do Pinheiro bravo (de 13 a 17 de Dezembro) no Centro de Formação Agrícola de Vila Nova de Cerveira.

Reunião de técnicos

As reuniões entre os técnicos das Associações Florestais Sub-Regionais e outras organizações filiadas na *Forestis*, permitem o reforço deste movimento, a troca de experiências entre os técnicos, a uniformização de critérios, a actualização de conhecimentos e a aprendizagem de novas tecnologias. Estas linhas orientadoras ser-

viram de base às reuniões mensais organizadas no último trimestre do ano corrente:

- no dia 12 de Outubro, os técnicos deslocaram-se ao IBET (Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica) em Oeiras, e aos Viveiros da Herdade de Espirra a convite do «Centro Pinus» – Associação para Valorização da Floresta de Pinho.

Este encontro permitiu aos técnicos conhecerem o Projecto Pinus cujos objectivos são: aumentar a produtividade da floresta de Pinho, através da reorganização das estruturas de produção florestal e da profissionalização da Gestão Florestal; maximizar a produção e otimizar a qualidade da madeira de Pinho, a partir de um programa integrado de melhoramento.

- no dia 24 de Novembro, realizou-se um encontro técnico, para o qual foram convidados além dos técnicos do Movimento *Forestis*, os técnicos do IFADAP e da DRA da Região de Entre Douro e Minho que avaliam e acompanham os projectos ao abrigo do Reg. 2080/92.

Lamentavelmente só alguns técnicos do movimento *Forestis* e da DRA Entre Douro e Minho compareceram a este encontro, que consistiu na apresentação da experiência da *Forestis* no âmbito da rede Europeia BOISTERRA (avaliação do impacto da medida 2080/92) e numa visita de campo a projectos de Arborização de terrenos Agrícolas, acompanhada pelo Eng.º Fernando Mota (Assessor do Conselho de Administração do IFADAP), ao qual aproveitamos para agradecer.

^ A jornada foi muito proveitosa e deverá ser repe-

tida. Com efeito permite adquirir conhecimentos práticos numa área (comportamento das espécies florestais em solos agrícolas) onde a informação é quase inexistente ou pouco divulgada.

- no dia 9 de dezembro decorreu mais uma reunião, no Instituto de Biologia Molecular e Celular do Porto, na qual os técnicos participaram activamente na elaboração de uma base de dados para todo o movimento *Forestis*.

Seminário sobre formação profissional em Vila Real

Nos dias 26 e 27 de Outubro, a *Forestis* participou no Seminário subordinado ao tema «Formação Profissional Agrária – balanço e Perspectivas», realizado em Vila Real pela Câmara de Agricultura do Norte cujo objectivo era realizar o balanço da execução da Medida 6 do PAMAF – Formação e Educação ao longo do Segundo Quadro Comunitário e perspectivar a evolução da Formação Profissional Agrária para o novo Quadro Comunitário.

Tendo por base a sua experiência como entidade formadora dos agentes da fileira florestal, a *Forestis* apresentou alguns dos seus problemas e definiu propostas para o 3º QCA.

Da reflexão de todos os intervenientes neste seminário, foi elaborado um documento síntese de conclusão onde se salientam algumas linhas de orientação que deverão servir de base na definição das regras da formação para o Novo Quadro Comunitário a iniciar-se no segundo semestre de 2000.

A *Forestis*

deseja-lhe
um próspero ano 2000!



VIDA DAS ASSOCIADAS

FLORISVOUGA – Associação Florestal de Lafões

(A Floresta na Região de Lafões)

A Região de Lafões é sem dúvida palco de uma paisagem única. São de realçar todos os recantos húmidos com verduras que exaltam vida, as vastas zonas ripícolas, as zonas de mato características da serra e os pinhais. Todas estas espécies são fonte de riqueza fundamental para a região. Porém, nos últimos anos têm sido invadidas por espécies exóticas, que acompanhadas

pelos fogos, têm vindo a destruir a verdadeira e única floresta de Lafões.

É essencial lembrar a importância da floresta de uso múltiplo e a produção de madeira de qualidade, para a qual temos todas as potencialidades.

Mónica Almeida

Associativismo florestal nas terras de Baixo Tâmega

(Associação de Basto colabora com o Centro Pinus)

A Associação Florestal de Basto mobilizou os seus recursos humanos e logísticos junto dos seus associados, autarcas, baldios e todos os agentes florestais das Terras de Basto, com o objectivo de participarem numa acção cujo tema era: «Associativismo Florestal», promovida conjuntamente pelas Associações: CENTRO PINUS (Associação para a Valorização da Floresta de Pinho), Associação Florestal de Basto e Associação Florestal de Entre Douro e Tâmega, realizada em Amarante.

Com grande representação dos associados de Basto e Douro Tâmega, foram expostas e debatidas as questões mais delicadas que se prendem com a forma e eficácia do movimento associativo. Reconhecendo-se que é matéria difícil e longa no tempo, com muitos obstáculos, provindos das diversas características geográficas e culturais que a cada região diz respeito, a verdade, porém, é que se sente cada vez mais uma força de vontade por parte dos interessados na Fileira Florestal, desde o produtor aos sectores Industriais e às Entidades Nacionais responsáveis, de que toda a «A Floresta» só caminhará, em parceria e espírito aglutinador das valências estruturais. É urgente, «abandar as cabeças dos

proprietários» com uma certa determinação e com uma voz bem sonante, para que de facto se avance e se consiga resolver as necessidades do momento.

O empenhamento das entidades que promoveram este debate, representadas ao mais alto nível, estando presentes a DGF., Sonae, Portucel, AIMMP, AFB e AFEDT, a forma como foram explicitadas as questões e pelas reacções dos presentes, estou em querer que as consciências dos detentores das matas, irão de futuro tomar decisões e começar a trabalhar para que a única riqueza natural deste país, e deles próprios, seja devidamente salvaguardada, de uma forma rentável, para não continuarmos a assistir à passividade latente, que durante décadas, tem acontecido no País. Urge, sim, fazerem-se mais iniciativas destas, por todas as localidades, e que todos os interessados se mobilizem para ainda ir a tempo de salvar a Floresta, nos seus múltiplos usos.

Houve ainda, no programa desta acção uma visita, ao CENASEF, no Parque Florestal de Amarante, muito bem organizada e dirigida pelo Sr. Eng.º Victor Louro, da Direcção Geral Florestas, que explicou, com todos os pormenores, as técnicas e a sua funcionalidade relativas às semen-



tes das espécies florestais. De tarde, na continuação dos trabalhos programados, decorreu em Celorico de Basto uma «Sessão de Campo» de «Demonstração de Boas Práticas Silvícolas» e uma demonstração mecânica de limpeza de matas, beneficiação, aspectos silvícolas, produtividade e rentabilidade das matas de propriedade privada, também dirigida e explicitada pelo Sr. Eng.º Victor Louro – D.G.F.

Um Bem Haja, por estas iniciativas, que foram muito enriquecedoras e de aprendizagem para os que ainda não as conhecem. Todos os proprietários e técnicos florestais ficaram satisfeitos pelos conhecimentos adquiridos e ali demonstrados.

Outras iniciativas de igual ou superior valor se aguardam.

Victor Maia

(Vice-Presidente da Associação Florestal de Basto)

Associação dos Silvicultores do Vale do Ave

Um ano de vida

Caro sócio, já vai longe o tempo passado desde a nossa última publicação neste boletim informativo, facto que fica apenas a dever-se a um erro nosso na avaliação das datas para as referidas publicações. No entanto, isso não significa que a sua associação tenha parado, ou deixado de se interessar pelo desenvolvimento do sector florestal. Serve este pequeno artigo, para descrever o processo de evolução e trabalhos realizados por nós na passagem do primeiro ano de vida da ASVA.

Com a escritura notarial realizada no dia 31 de Agosto de 1998, deram-se os primeiros passos de organização e de conhecimento do mundo rural e florestal que nos rodeia. Assim fizeram-se essencialmente trabalhos de organização burocrática e diligências no sentido de se arranjar um local para instalação da sede social, local privilegiado para atendimento de sócios e potenciais interessados. Neste âmbito aproveitamos para desde já prestarmos nosso agradecimento à Direcção da Adega Cooperativa de Guimarães que nos disponibilizou um local de funcionamento provisório, que de muita utilidade foi ao arranque da Associação.

Até Novembro de 1998, todos os trabalhos da associação foram coordenados por uma Comissão Instaladora, até que se realizaram eleições e tomaram posse os actuais órgãos sociais. Os trabalhos foram-se desenvolvendo realizando-se algumas visitas de apoio técnico e de angariação de alguns novos sócios, mas só em Maio e após diversas negociações e contactos vários, se conseguiu a instalação definitiva num edifício da DRAEDM na Zona Agrária de Guimarães. Reuniram-se então todas as condições para um correcto atendimento e representação dos interesses dos nossos associados. Das primeiras visitas aos terrenos dos sócios, nasceram os também primeiros projectos de intervenção florestal, projectos estes elaborados pela Associação e que neste momento se encontram em fase de análise pelo IFADAP, que é a entidade gestora destes programas de apoio financeiro. Foram também realizados trabalhos de apoio técnico e acompanhamento de projectos elaborados por outros projectistas que estão agora em fase de execução. Os serviços técnicos têm sido essencialmente consultadoria, avaliações de madeira e

apoio à sua comercialização, bem como alguns serviços de levantamentos cartográficos com recurso a GPS.

No início de Junho estivemos representados na Feira da Terra em S. Torcato Guimarães, evento que promove e divulga uma série de iniciativas e actividades directamente ligadas ao desenvolvimento rural. Sendo um evento muito visitado e já importante no concelho de Guimarães os resultados da mostra foram obviamente muito positivos para a Associação dos Silvicultores do Vale do Ave, que angariou alguns novos sócios.

Neste momento e aproveitando o «standby» em que se encontram os fundos europeus para a realização de projectos co-financiados no sector florestal, a Direcção optou por promover e divulgar a associação pelos diversos concelhos que fazem parte da nossa área social. Publicaram-se artigos e entrevistas nos jornais e rádios regionais e mesmo em jornais e rádios de âmbito nacional. A par destas iniciativas fizeram-se reuniões entre a direcção desta associação, as Câmaras Municipais e as Cooperativas Agrícolas dos vários concelhos. Estão já em estudo diversas acções de colaboração estreita entre estas entidades, sendo o papel da associação a defesa e representação dos interesses dos proprietários florestais seus associados, quer em assuntos específicos de cada um, quer em políticas de fundo como revisões de PDM's, trabalhos nas Comissões Especializadas em Fogos Florestais (concelhias), etc...

Dessas reuniões e em concreto, há a informar que, de agora em diante, o seu técnico estará na

Cooperativa Agrícola da Póvoa de Lanhoso na última 5ª feira de cada mês, e na Cooperativa de Santo Tirso na primeira 2ª-feira de cada mês, para o atendimento e esclarecimento de todas as questões, que no âmbito desta associação possam ser resolvidas. Nos restantes concelhos estamos ainda em fase de contactos com as direcções destas entidades.

Ao longo de todos os meses e dias da semana, o apoio técnico diversificado vai sendo prestado a este e aquele sócio que, quer por telefone, quer directamente na sede, o vão solicitando. Esperamos estar a conseguir dar as melhores respostas e soluções para que esta sua associação venha a ser, no mais curto espaço de tempo, uma entidade auto-suficiente e que represente plenamente os interesses da sua massa associativa, que esperamos também venha a crescer de forma mais acelerada. Para isso é essencial a participação e divulgação activa de todos os associados, deveremos aplicar o velho ditado – «trás um amigo...» para que dupliquemos a nossa força.

Continuamos a fazer o reconhecimento e a inventariar os terrenos dos nossos associados, por isso se não beneficiou já da sua Visita Técnica Inicial (gratuita) contacte-nos, só conhecendo os terrenos poderemos sugerir o seu melhor aproveitamento.

A associação é sua, utilize-a e divulgue-a, só assim o estaremos a representar.

Rui Guimarães
(Técnico da Associação)

AFLODOURONORTE: Associação Florestal do Vale do Douro Norte

Verbas para o investimento florestal

Forestis

A Associação Florestal do Vale do Douro Norte está implantada desde Janeiro de 1998, dispondo de um técnico e de uma viatura para apoio aos associados. Desde então conta com 140 associados, dos quais 75 já apresentaram candidaturas junto do IFADAP, resultando num total de 53 projectos. Destes, 34 são projectos PDF, dos quais 4 são Agrupamentos ou Áreas Agrupadas; e os restantes 19, de outros tantos associados,

foram sujeitos ao Reg. 2080/92. O total de projectos apresentados perfaz uma área de 350 ha e estão na sua grande maioria aprovados. No entanto, estão ainda a ser elaborados alguns projectos PDF, dos quais um agrupamento, que deverão dar entrada no IFADAP ainda no decorrer deste ano (1999). Podemos assim contabilizar, com os projectos aprovados até a data, os seguintes valores:

PDF	31.000.000\$00
Reg. 2080/92	8.500.000\$00
Prémios por perda de rendimento	24.000.000\$00
TOTAL	63.500.000\$00

Deste modo os 750.000\$00 provenientes das quotas dos sócios que apresentaram candidaturas a projectos florestais já resultaram, até à data, no movimento de 63.500.000\$00. O valor investido pelos sócios na AFLODOUNORTE foi multiplicado 84 vezes, e este valor tende a aumentar pois ainda temos projectos à espera de aprovação.

Podemos considerar o trabalho desenvolvido como positivo, atendendo ao facto de que nesta região predomina o minifúndio, existem graves problemas com a desertificação humana, excesso de burocracias com determinados projectos, falta de informação dos programas de apoio ao sector florestal, tendo aqui a Associação desempenhado um importante papel. Desde a nossa existência têm sido levadas a cabo inúmeras Sessões de Divulgação por diversas localidades da região, contribuindo desta forma para a informação dos

proprietários florestais. Aguardamos com alguma expectativa pelo próximo Quadro Comunitário de Apoio, pois estamos certos de que através da Associação alguns programas poderão ser melhor aproveitados do que no passado, sendo para isso necessário que as ajudas não sejam inferiores às actuais.

Temos vindo a reforçar junto dos nossos associados a necessidade da avaliação prévia do material lenhoso, sempre que seja necessário proceder-se à venda deste. Sabe-se que os proprietários florestais continuam a vender aos madeireiros a madeira da forma como vendiam à décadas atrás, ou seja «a olho». Com isto os proprietários quase sempre perdem, por vezes valores elevadíssimos, dos quais parte desse valor daria para assegurar uma boa gestão futura dos povoamentos, garantindo assim a sustentabilidade da floresta. A Associação está disponível para prestar este tipo de serviço aos nossos associados sempre que estes nos solicitem.

João Teixeira

(Técnico Florestal da AFLODOUNORTE)

Criação da Associação Florestal do Baixo Vouga

A Associação Florestal do Baixo Vouga foi constituída a 27 de Agosto de 1999 e abrange a área dos concelhos de Águeda, Albergaria-à-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtoza, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos.

O aparecimento da Associação acontece de uma forma natural, como resultado das necessidades sentidas pelos produtores florestais desta região. Tem como principal propósito o fomento do associativismo de produtores florestais que, tendo em conta o trabalho que tem vindo a ser realizado por outras Associações, se reveste de enormes potencialidades para a Gestão e Defesa da Floresta.

Neste momento, a actividade da Associação é ainda assegurada por uma Comissão Instaladora cujos elementos, apesar de algo limitados em questões de tempo, têm evidenciado um enorme interesse e entusiasmo no sucesso deste projecto.

Assim, em nome da Comissão Instaladora, gos-

taria de referir que possuímos a plena noção de estar a entrar num processo repleto de dificuldades de vária ordem, mas temos, também, a certeza de estar a contribuir para que seja atribuído o real valor ao sector florestal do país, o que de há muito é apregoado pelos poderes políticos mas que, na realidade, continua a evidenciar graves lacunas de organização e orientação. Assim, é importante que as acções a desenvolver criem dinâmicas, entre os vários agentes com intervenção na Floresta, que resultem, a médio/longo prazo, em ganhos significativos no respeito para com a Floresta do Baixo Vouga e na compreensão e valorização de todo o seu potencial.

Para terminar, deixo aqui uma palavra de apreço a todos quantos, das mais variadas formas, tiveram algum contributo para o nascimento desta Associação.

Luís Sarabando

URZE – Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela

A *Forestis* tem mais uma associada. Chama-se URZE e está implantada na Encosta Noroeste da Serra da Estrela (Gouveia + Manteigas + Seia). Um grupo de carolas começou a pensar nisso em Fevereiro, foi convidando outros, discutiu, leu, consultou... e acertou ideias. Fez cinco Reuniões Gerais, sempre com textos a orientar o debate. Muitos dos convidados não apareceram, mas quase todos os que vieram uma vez ficaram. Tem hoje 21 sócios individuais e 5 institucionais, que pagaram a jóia sem qualquer benefício pessoal.

Elaborámos os estatutos, já fizemos a escritura, já nos candidatámos à Medida 4 do PAMAF, já temos praticamente organizada a primeira ACI (área conjunta de intervenção), com cerca de 80 ha, estamos à espera de poder contratar um Engenheiro para então arrancarmos publicamente.

Para nós intervir na Floresta é um acto de cultura. Cultura porque cultivamos a terra e cultura porque o fazemos enquanto homens: carregados

do nosso passado, das nossas esperanças e do nosso jeito de viver, enraizados na Terra de que somos filhos. Tirando da terra a riqueza como quem recebe ofertas da sua mãe: sem cerimónias parvas mas com respeito. Querendo continuar a ter mãe.

Cultura porque vamos precisar da ciência e da técnica, cultura porque vamos ter de nos articular com outros homens (o Associativismo pode ser, em si mesmo, também uma forma de cultura), cultura porque vamos precisar de «ler» o que acontece na floresta, como acontece e porque acontece, para mudarmos conceitos e formas de acção. Cultura porque com a nossa intervenção vamos mudar, um pouco que seja, o modo de estar, neste território, dos nossos concidadãos. Acreditamos, por isso, que o que vamos fazer vale o esforço.

Luis Osório Gonçalves
(Presidente da Direcção)

Associação dos Produtores Florestais do Vale do Minho

(visita a Povoamentos de Pinheiro bravo)

Promovida pelo Centro Pinus, realizou-se no dia 15 de Setembro de 1999 uma visita de estudo aos Baldios de Ganfei e Verdoejo, a povoamentos da Portucel Florestal. A sessão foi amplamente participada contando com a presença de 45 sócios desta associação, que acederam ao convite que lhes foi dirigido. Pela manhã, após a apresentação do Centro Pinus, assistiu-se à demonstração de um sistema para detecção de fogos florestais, pela empresa Lusoptel, ao que se seguiu um almoço convívio. Da parte da tarde, a observação dos trabalhos de beneficiação executados pela Portucel Florestal em pinhal bravo, permitiu a discussão em torno da silvicultura desta espécie de forma a melhorar a sua qualidade e aumentar a produção por hectare. A sessão foi conclusiva quanto à necessidade do ASSOCIATIVISMO FLORESTAL como solução para a diminuição

dos custos das diversas operações silvícolas, desde a arborização até ao corte final, permitindo aumentar o valor da madeira, sempre que comercializada em lotes maiores.

Entre outra documentação, o Centro Pinus distribuiu entre os presentes os manuais «Silvicultura do Pinheiro bravo» e «boas práticas florestais para o Pinheiro bravo» dirigidos a técnicos e proprietários florestais, respectivamente.

O Centro Pinus e os nossos associados estão de PARABÉNS. Os primeiros pela iniciativa e os segundos pelo entusiasmo com que participaram demonstrando a vontade que têm em tornar-se verdadeiros produtores florestais.

Margarida Barbosa
(Técnica Florestal da APFVM)

PORTUCALEA – Associação Florestal do Grande Porto

Forestis

Projecto ao abrigo do Banco Mundial

Nas freguesias da Foz do Douro, Covelo, Medas e Meires, do concelho de Gondomar, foi executado em 1985 um projecto florestal ao abrigo do programa financiado pelo Banco Mundial, e gerido pelo então Instituto Florestal. Este projecto abrange uma área de aproximadamente 200 ha, pertença de 45 proprietários, e as espécies instaladas foram o Pinheiro e o Eucalipto.

A motivação dos proprietários era elevada e houve grande entusiasmo durante toda a execução do projecto. O contrato entre o Instituto Florestal e os proprietários previa o acompanhamento técnico e consequentes práticas silvícolas por parte dos serviços florestais. Nenhum destes foi efectuado.

No ano de 1991 deu-se a ocorrência de um fogo na área do projecto; entre este e o ano de 1998 a área ardeu parcelarmente todos os anos, exceptuando-se o ano de 1995 em que ardeu a totalidade do projecto num fogo que atingiu os 918 ha.

A produção deste projecto na situação actual é nula estando toda esta área condicionada ao projecto inicial não permitindo a sua rentabilidade. Dado o abandono a que foi votado, apesar dos proprietários apresentarem continuamente informações sobre esta situação, a motivação perdeu-se e o projecto passou a ser uma dor de cabeça para os seus proprietários.

A Portucalea após ter sido contactada por dois dos seus sócios para de alguma forma ajudar a desbloquear a situação, contactou o técnico da Direcção Regional de Agricultura responsável por estes projectos. Numa reunião em conjunto com o Eng.º Silvino Sousa, as técnicas da Portucalea e alguns proprietários florestais, foi apresentada uma solução para a situação. Seria efectuada uma petição na qual os proprietários pediram a desanexação da área do projecto, sendo a única dificuldade apresentada a recolha das assinaturas de todos os proprietários, dado que alguns já faleceram e seria necessário saber quais os herdeiros.

Queremos salientar o empenho do nosso sócio Eng.º Manuel Oliveira que conseguiu reunir as assinaturas necessárias. O pedido de desanexação já deu entrada na Direcção Regional de Agricultura, esperando deste modo que a solução desta situação seja brevemente resolvida.

Protocolo de cooperação com a Câmara Municipal da Maia

A Portucalea e a Câmara Municipal da Maia estabeleceram um protocolo de cooperação com o objectivo de dinamizar as áreas florestais privadas e públicas do concelho de Maia.

As áreas florestais pertencem maioritariamente a privados e localizam-se em pequenas manchas denominadas de «os montes». O concelho da Maia sofre uma pressão urbana constante com o consequente desaparecimento das áreas verdes.

Perante este facto o Departamento de Ambiente deste município apostou no desenvolvimento destas áreas florestais, quer no sentido de melhorar a produção e consequente aumento de rentabilidade, quer no sentido lúdico com a criação de parques de merendas, circuitos de manutenção, parques infantis e zonas de estar.

A Portucalea com a sua equipe de técnicos florestais e a sua experiência em contactos com proprietários florestais privados, vai trabalhar em conjunto com a Câmara Municipal da Maia para o desenvolvimento das áreas florestais existentes, de molde a que as áreas florestais do concelho se desenvolvam não só no sentido do lazer das populações, mas tendo também como objectivo o aumento da rentabilidade da floresta existente.

Uma floresta de produção bem instalada e bem gerida é um factor de desenvolvimento económico para além de proporcionar às populações um aumento de qualidade de vida.

FICHAS TÉCNICAS

A utilização de tractores agrícolas na Floresta

Como a maioria das explorações florestais também são agrícolas, existe muito equipamento que já existe e que pode, com um mínimo de alterações e cuidados, ser utilizado na floresta. Esta prática pode conduzir a uma maior rentabilização do equipamento, nomeadamente naquelas épocas em que os trabalhos agrícolas estão parados.

Utilização de tractores agrícolas na exploração florestal

Os tractores agrícolas actuais apresentam em alguns casos um grau de sofisticação demasiado elevado para executar trabalhos florestais (sistemas electrónicos de controlo do sistema hidráulico e de tracção) que maioritariamente os torna desadaptados para os trabalhos na floresta. Deve-se assim procurar equipamentos mais simples que se tornarão mais resistentes e eficientes. É mais interessante um tractor com menos potência e tracção às quatro rodas do que outro mais potente mas com tracção simples. O peso é muito importante, pois muitas vezes representa um acréscimo de tracção, bem como possibilita trabalhar com alfaias mais pesadas. O aumento do peso do tractor pode ser conseguido com o enchimento dos 4 pneus com água para permitir uma melhor repartição das massas e diminuir o centro de gravidade.

Muito importante num tractor florestal é a existência de uma relação da caixa de velocidades que possibilite trabalhar a muito baixa velocidade (1,5 km/h é ideal, mas sempre inferior a 2 km/h). Outra característica importante é uma altura ao solo elevada, maior que 40cm e se possível ainda mais.

Um equipamento que é altamente desaconselhado é o engate do reboque automático. Quando existe a necessidade de utilizar um reboque é fundamental que seja utilizado o engate normal que se situa por baixo da tomada de força.

Deve existir um grande cuidado na escolha dos pneus. Os pneus agrícolas são desaconselhados,

por não estarem minimamente adaptados aos trabalhos silvícolas, não proporcionando tracção suficiente nem resistência às rochas e restos da exploração florestal. Devem ser utilizados pneus largos, com grande capacidade de carga, e pressões inferiores a 1 bar, que diminuem a compactação do solo. Uma das medidas que pode ser tomada é a inversão dos pneus dianteiros para limitar o risco de escorregamento nas descidas (embora implique diminuição da capacidade de tracção). As válvulas devem estar protegidas contra o esvaziamento involuntário. Os tractores que apresentem os dois eixos com rodas de iguais dimensões poderão apresentar algum interesse nomeadamente para trabalhos em terrenos com forte inclinação.

Cuidados na utilização dos tractores agrícolas em exploração florestal

Os aspectos principais a ter em atenção prende-se com a transitabilidade nas zonas de declive ou em mudanças de declive (taludes, valas, etc.) que são motivos de instabilidade e de perda de aderência. As manobras nas encostas não devem ser feitas com viragens muito apertadas nem a velocidades muito elevadas.

Tractores florestais adaptados é mais frequente na manutenção de matas, nomeadamente na limpeza de povoamentos. Em situações mais críticas (inclinação do terreno, irregularidades provocadas por rochas) não devem ser utilizados sem lâmina frontal.

Existem alguns equipamentos de segurança que devem estar presentes num tractor utilizado na floresta: cabinas integrais de protecção (com estruturas antivibração que tornem o trabalho mais confortável); extintores por forma a minorar os riscos de incêndio pela projecção de fagulhas e pela ignição da vegetação acumulada na blindagem onde trabalha o veio de transmissão. Os escapes devem situar-se a um nível superior à cabeça do operador para evitar a inalação dos

gases. O operador deve estar protegido por uma grelha metálica montada na frente da estrutura anticapotamento ou cabina. Os componentes hidráulicos, bem como depósito de combustível e óleo devem estar bem protegidos. São também recomendadas as protecções de faróis e radiador. Também o cárter, caixa de velocidades e diferenciais devem possuir protecções bastante robustas.

Tractores agrícolas com guincho

Os guinchos adaptáveis em tractores agrícolas, para efectuar a recheга, pesam mais ou menos 400 kg e rebocam uma carga de 1000 kg. O cabo tem 16 mm de diâmetro com 170 metros de comprimento; necessitam de 40 cv à TDF para trabalhar e são montados no sistema tripolar dos tractores.

Síntese de Operações com Tractores Agrícolas na Floresta

Tipo de trabalho	Ferramenta	Profundidade de trabalho (cm)	Potência (cv)	Factores limitantes	Rendimento (h/ha)
Subsolagem	Subsolador	50-110	50-80	A, B, C, E	2-8
	Charrua de 1 aiveca		40-70	A, B, C, G	4-15
Lavoura	Charrua de 2 aivecas	25-50	70-100	A, B, C, F	3-10
	Charrua de 3 aivecas		100-120	A, B, C, F	2-6
Lavoura	Charrua de 1 disco		70-90		6-15
	Charrua de 2 discos	20-40	75-120	B, H	3-7
	Charrua de 3 discos		80-130		1.5-4
Fresagem	Fresa ligeira	10-30	70-110	B, C, D, F, H	2-8
	Fresa pesada	15-50	150±450	B, H	3-10
Gradagem	Grade de discos	5-30	±10*	B, D	1-5

Factores limitantes:

A: espessura de solo mobilizável **B:** humidade do solo **C:** solo pedregoso **D:** solo pesado
E: presença de cepos **F:** número de cepos por ha < 200 **G:** número de cepos por ha < 350 **H:** riscos de erosão em declives > 15%

Bibliografia:

GRULOIS, C. (1992): *Materiel de mecanisation du travail du sol en foret. Travail de fin'etudes*. Institut Provincial d'Enseignement Superieur Agricole et Technique. França.
 MONTALEMBERT, F. de (1992). «Les astuces de sylvestre lecoreuil» ... in *Forest de France et action forestiere*. Paris. Avril de 1992 pp 22-25.

ORGANIZAÇÕES FLORESTAIS SUB-REGIONAIS

ORGANIZAÇÕES	SEDE	EQUIPA TÉCN.
Associação Florestal do Vale do Sousa	Ed. Sonho, Fracção C – cave tras., – Madalena • 4580 Paredes Tel. / Fax: 255 783 979 • Telem.: 96 256 86 59	Eng ^a . Amália Neto e Eng ^a Alexandre Gomes
CELFLOR	R. Andrade Corvo, Ed. Câm. Mun. • 6360-331 Celorico da Beira Tel. / Fax: 271 741 307 • Telem.: 96 250 20 36	Eng ^a . Marisa Martins
Associação Florestal do Lima	Antigos Paços do Concelho – Praça. da República 4990 • Ponte de Lima Telem.: 917 625 099 • Tel./Fax: 25 894 41 03	Eng ^a . Sónia Marques
Associação Florestal de Basto	Av. Capitão Elísio de Azevedo, Lt.14, 2º D – Cabeceiras de Basto 4860 Arco de Baulhe Tel. / Fax: 253 665 309 • Telem.: 96 804 41 63	Eng ^o . Artur Mota
Associação Florestal do Cávado	Campo das Carvalheiras nº 1 • 4700-419 Braga Tel. / Fax: 253 218 713 • Telem.: 91 976 47 45	Eng ^a . André Rebelo
Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho	Largo dos Padrões, Bloco 4, • 4950-491 Monção Tel. / Fax: 251 654 096 • Telem.: 96 707 39 90	Eng ^a . Margarida Barbosa e Eng ^a . Elisabete Araújo
Associação Florestal de Entre-Douro e Tâmega	Estrada Larga – Túias • 4630 Marco de Canavezes Tel./Fax: 255 523 556 • Telem.: 96 235 42 85	Eng ^o . António Neto
Associação Florestal do Vale do Douro Norte	Antiga Câmara Municipal – L ^o . do Pelourinho – Apartado 38 • 45090 Murça Tel.: 259 511 712 • Telem.: 91 955 40 42	Eng ^o . João Teixeira
PORTUCALEA – Associação Florestal do Grande Porto	Rua 5 de Outubro, nº 68 (Ed. Bombeiros) • 4420 Gondomar Tel./Fax: 22 463 18 66 • Telem.: 96 249 75 63	Eng ^a Teresa Neves
ARBOREA – Associação Florestal da Terra Fria Transmontana	Ed. Casa do Povo – Largo do Toural • 5320-311 Vinhais Tel./Fax: 273 770 070 • Telem.: 96 2404007	Eng ^o António Borges
Associação Florestal de Entre-Douro e Vouga	P. Brandão de Vasconcelos, 10 (Antigo edifício escolar) • 4540-110 Arouca Tel./Fax: 256 949 041 • Telem.: 96 267 51 63	Eng ^o Jorge Cunha
Associação dos Silvicultores do Vale do Ave	Quinta do Pinhô • S. Torcato • Apartado 1076 • 4811-908 Guimarães Tel.: 253 55 37 76 • Telem.: 91 740 69 89	Eng ^o Rui Guimarães
FLORISVOUGA – Associação Florestal de Lafões	(Sede prov.) Drizes, Bairro Novo • Apartado 23660 S. Pedro do Sul Fax: 232 712 696 • Telem.: 96 776 37 16	
AGRIARBOL – Associação Produtora Agro-Florestal da Terra Quente	Mercado Municipal, loja 34 • 5340 Macedo de Cavaleiros Tel.: 2 784 216 98 • Telem.: 934 620 06 20	Eng ^o Paulo Alexandre
URZE – Associação Produtora Florestal da Encosta da Serra da Estrela	Av. dos Bombeiros Voluntários, 8 – Casa da Torre • 6290-520 Gouveia Tel.: 238 492 411 • Fax: 238 494 183	
Associação Florestal do Baixo Vouga	(Sede prov.) Rua Padre Joaquim Rocha, nº 748 – Lombomeão • 3840 Vagos Telem.: 917 133 536	Eng ^a Luís Sarabando
ARAVIS – Associação Regional de Agricultores de Viseu	Av. Emídio Navarro, nº 27, 3º – loja 24 A/D – Académico • 3500 Viseu Tel.: 232 422 568 • Fax: 232 422 568	Eng ^o José Teixeira
CAPOLIB – Cooperativa Agrícola Boticas – Secção Florestal do Alto Tâmega e Barroso	Av. do Eiró • 5460 Boticas Tel.: 276 415 787 • Fax: 276 415 734 • Telem.: 962 683 270	Eng ^o Ricardo Saldanha
Cooperativa Silvo-Agro Pecuária de Vila Nova de Ceira	3300 Vila Nova de Ceira Tel.: 235 770 170 • Fax: 235 770 176	Eng ^a Pedro Oliveira